

» Ponto a ponto | **FABIO LIMA** | DIRETOR-EXECUTIVO DA ABSAE

Entidade alerta que demora na realização do leilão de baterias ou a contratação de capacidade insuficiente pode comprometer a segurança energética do país

MATEUS MARTINS MARANHÃO



Se o leilão ficar para o ano que vem, os sistemas dificilmente estarão prontos a tempo de evitar esse risco"

# Risco de apagão de 12 dias em 2028

» EDUARDA ESPOSITO

O Brasil vive um momento preocupante no que tange à geração e à capacidade de energia elétrica. O Operador Nacional do Sistema (ONS) alerta que o país pode enfrentar até 12 dias de risco de falta de energia em 2028, caso o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não realizem o leilão para contratação de baterias destinadas ao armazenamento de energia durante o período seco.

De acordo com a Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (Absae), é crucial que o certame ocorra até o fim deste ano e contemple a contratação de um volume adequado. Caso o leilão seja realizado apenas em 2027, os sistemas de armazenamento não ficarão prontos a tempo da seca de 2028, aumentando o risco de apagões.

Em entrevista ao *Correio*, Fabio Lima, diretor-executivo da Absae, afirmou que o período eleitoral ainda é um fator a ser considerado no cronograma do leilão, já que sua homologação pode ocorrer em outro governo. Na semana passada, o MME publicou a portaria com as diretrizes para o Leilão de Reserva de Capacidade via Armazenamento em Baterias (SAE), a primeira do tipo no país. Com a medida, a Aneel pode avançar com a realização do certame, uma vez que a publicação era necessária para viabilizar o edital.

A expectativa do setor é de que, caso o leilão seja realizado em agosto e contrate o volume considerado ideal pelo ONS, seja possível evitar uma crise sistêmica e o risco de falta de energia no país. Confira, a seguir, os principais pontos da entrevista com Fabio Lima.

## EXCESSO DE GERAÇÃO SOLAR

"Ao meio-dia, temos o máximo da geração solar e estamos chegando a um ponto onde haverá mais geração do que consumo, o que gera perda de controle do sistema. O Operador Nacional do

O governo precisa dar passos decisivos nos próximos 60 dias, os projetos estão prontos e as empresas se prepararam nos últimos dois anos"

Sistema (ONS) aponta até 12 dias com risco de perda de controle em 2028. Para resolver isso, você precisa de algo que funcione como carga ao meio-dia, carregando as baterias com o excedente, e como geração ao cair da noite, devolvendo a energia quando ela é mais cara e necessária, papel que só as baterias cumprem nesse prazo."

## CORRIDA CONTRA APAGÕES

"São 12 dias espaçados com risco de acionar mecanismos de controle para evitar um apagão. O segundo semestre deste ano é o prazo-limite. Se o leilão ocorrer até dezembro, a homologação ocorre no início de 2027 e, em 12 a 14 meses, os sistemas estariam operacionais para o período de seca de 2028. Se ficar para o ano que vem, os sistemas dificilmente estarão prontos a tempo de evitar esse risco."

## URGÊNCIA DO LEILÃO

"A última janela para este ano seria dezembro, o que exige uma portaria até meados de junho (diretriz publicada). Isso demandará um esforço concentrado do Ministério, Aneel, ONS e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O governo precisa dar passos decisivos nos próximos 60 dias, os projetos estão prontos e as empresas se prepararam nos últimos dois anos."

## PAPEL DAS BATERIAS

"Estamos discutindo a portaria do MME para grandes sistemas, mas baterias já são usadas por indústrias e hotéis para reduzir o consumo noturno e aproveitar a geração solar. A bateria desloca a energia no tempo, otimizando a geração e o consumo, tornando o sistema mais controlável e eficiente, combatendo o desperdício de energia barata e reduzindo o uso de termelétricas caras."

## INCERTEZAS REGULATÓRIAS

"O setor tenta se manter confiante, mas o governo promete este leilão desde 2024. Iniciar junho sem uma perspectiva de portaria sinaliza uma desmobilização do setor, especialmente porque países como Argentina, México, Colômbia e Chile já estão avançando com leilões e normas para baterias, atraindo investimentos que o Brasil pode perder. Isso também atrasa a transição energética, pois as baterias são essenciais para agrupar energias limpas como eólica e solar."

## MARCO LEGAL

"O primeiro marco legal foi aprovado em 2025 (Lei 15.269). Agora aguardamos a resolução normativa da Aneel. Além do leilão, precisamos discutir a tarifa

horária para consumidores residenciais e comerciais e novos ajustes legais para induzir o uso de baterias na geração distribuída, evitando que joguem energia na rede ao meio-dia."

## CRONOGRAMA APERTADO

"Estima-se, por médias de mercado, que um leilão precisa de quatro a seis meses para ocorrer, considerando os prazos da Aneel e a possibilidade de encurtá-los a partir da portaria de diretrizes do Ministério de Minas e Energia. Se a portaria for publicada por volta de 15 de junho, o leilão ocorreria entre 15 de outubro e 15 de dezembro, o que é incomum por ser período eleitoral. A homologação de um leilão realizado em dezembro só ocorreria entre fevereiro e março do ano que vem, já em um novo ciclo de governo. Matematicamente é possível realizar este ano, mas há o fator eleitoral e a mudança de governo na fase de homologação."

## CURTAILMENT

"As baterias permitem reduzir o curtailment (fenômeno de corte da geração renovável por limitações do sistema elétrico), aumentar a confiabilidade do sistema e o aproveitamento de renováveis, reduzindo o custo para o consumidor. Existe um déficit estrutural de potência elevado; comparando o PDE com o que foi contratado, há necessidade de contratar entre 2 e 4 GW de potência por baterias. Além disso, as fontes contratadas em março têm inflexibilidade, enquanto as baterias oferecem o controle e a segurança necessários para o sistema."

## LEILÃO E CONSUMIDOR

"São coisas separadas. As baterias do leilão estarão sob controle do Operador Nacional do Sistema (ONS), carregando e descarregando conforme a necessidade centralizada. As baterias dos consumidores ajudam o sistema a reduzir o consumo na ponta, mas ficam sob critério do próprio consumidor."

## Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Show de Trump voltou

No papel de besta-fera da geopolítica global, o presidente Donald Trump reeditou pretextos para ameaçar um novo tarifaço sobre as exportações brasileiras para os Estados Unidos, além de sanções relacionadas ao Pix, à suposta leniência com a corrupção e até às queimadas na Amazônia.

Foi um cutucão não apenas contra o Brasil, mas também contra outros 59 países. Ainda assim, aqui ele encontrou um terreno especialmente fértil para o oportunismo dos polos antagônicos da política.

Da recidiva trumpista contra o livre-comércio, menos obediente a regras desde que a China se transformou, sob aplausos americanos, na grande fábrica do mundo, saem algumas conclusões. A mais gritante é a que nos força a lembrar o desprezo continuado dos governantes, nos últimos anos, por um plano de poder econômico que nos pusesse à mesa das grandes decisões. Nesses fóruns, somos segundo time.

Essa é a questão relevante neste ano eleitoral. O resto é resto.

O oportunismo eleitoral levou os dois principais candidatos a se verem como alvos da investida trumpista: Lula, mais uma vez, empunhando a bandeira da soberania ofendida; Flávio Bolsonaro, correndo a Washington em busca de uma foto com Trump na Casa Branca, agradecendo ao que entendeu como apoio à sua candidatura combatida.

Nenhum dos dois toca no essencial. O problema não é o mau humor de Trump. É o fato de o Brasil voltar a ser posto no cardápio dos ativos que importam às potências, sem jamais ter voltado à mesa.

Esse é o tema de um importante artigo na última edição da *Foreign Affairs*, assinado pelo professor da Tufts University e chefe de pesquisas sobre Ásia do Foreign Policy Research Institute, Michael Beckley. Ele sustenta que a visibilidade das potências médias, campo em que se enquadra o Brasil na geopolítica, não decorre de força nova, mas de exposição crescente. Elas aparecem mais porque o ambiente ficou mais duro.

Em vez de caminhar para um multipolarismo elegante, o mundo está ficando mais hierárquico, mais coercitivo e mais organizado pela tecnologia, finanças, energia, logística, IA e força bruta. Em tal paisagem, o sistema de mercado livre está mais para campo minado.

## Ilusão da potência média

O risco de outro tarifaço confirma o mapa traçado por Beckley no concreto. Washington não tratou o Brasil como parceiro comercial com divergências pontuais, mas como jurisdição disciplinável em várias frentes ao mesmo tempo: no comércio digital e nos pagamentos eletrônicos, nas tarifas preferenciais, na frente anticorrupção, na propriedade intelectual, no etanol e no desmatamento.

A tarifa de 25% ainda está em consulta, mas o recado político já foi dado: regulação, meio ambiente, infraestrutura do Pix e acesso a mercados passaram a integrar a mesma arena de coerção. É nesse ponto que o discurso local de soberania ameaçada se apequena.

Lula qualifica a agressão dos EUA em multilateralismo ofendido; o bolsonarismo trata o coice como expressão de amizade. Ambos agem como se o problema fosse apenas verbal. Não é. É mais sutil.

Apegar-se à defesa do multilateralismo, como tem sido recorrente, está não só ultrapassado pelo neoimperialismo chinês e americano, como começa a soar demodê à luz dos movimentos brutos das grandes potências. Ninguém, hoje, constrange-se em usar tarifas, sanções, subsídios, excesso exportador e controle de gargalos como armas de poder. Potência média sem poder não arbitra nada. É arbitrada.

## Nossa fraqueza é doméstica

Neste cenário, parece cômodo culpar Trump por tudo. A ofensiva da Casa Branca trumpista não criou nossa fragilidade, apenas a expôs.

Com crescimento econômico de 2% e investindo ralos 16,5% do PIB, o país não tem musculatura para barganhar com ninguém no topo da cadeia alimentar das nações. Só gere a própria insuficiência com verniz estatístico para disfarçar a dependência de commodities.

Países que investiram de 30% a 40% do PIB por décadas, casos da China, da Índia e dos EUA até os anos 1970, transformaram crescimento em produtividade, infraestrutura, tecnologia e escala empresarial.

E nós? Trocamos a formação de capacidade manufatureira por uma alternância entre consumo bancado por dívida, improviso fiscal, retórica diplomática e acomodação cartorial. O dado mais duro da crise brasileira é material, e não comercial nem ideológico.

Não temos densidade produtiva suficiente para impor respeito aos parceiros, concorrentes, credores e cadeias de valor. É por isso que Beckley, mesmo exagerando no receituário pró-EUA, acerta ao demolir a tese da autonomia estratégica sem base real.

Quem tem pouco controle das cadeias de valor e investe mixaria só tem o recurso de chamar de soberania a administração da própria impotência. Entramos no tempo da coerção entre grandes potências ainda presos à fantasia de potência média, com investimento de país resignado e retórica de país grande. Entre ser mercado cativo de Pequim e apêndice de Washington, há um caminho mais difícil e mais digno: voltar a construir poder nacional.

## A escolha é apenas nossa

Não temos de escolher entre o antiamericanismo ornamental e o alinhamento passivo. Precisamos de algo melhor: alinhamento seletivo, conforme o projeto nacional. Isso significa reconhecer que os EUA continuam oferecendo a arquitetura mais robusta de capital, inovação, defesa e finanças, como lista Beckley em seu artigo.

E também que a China é decisiva em escala industrial, manufatura, equipamentos e demanda por grãos, carnes e minérios. Erro é entrar nessa disputa como mercado passivo, exportador bruto de insumos e palanque tropical da guerra ideológica dos outros.

A resposta correta é elevar a taxa de investimento para 22% a 25% do PIB até 2030. Reconstruir o Estado como coordenador de missões. Tratar como cadeia de valor unificada a energia, a computação e os minerais críticos. Tornar o país uma superpotência de infraestrutura e de insumos para a era da inteligência artificial física. E mais.

Deixar de exportar minério e importar dependência. Obrigar EUA e China a nos integrar como sócio útil em suas cadeias produtivas, e não como quintal, entreposto ou consumidor cativo.

É disso que deveríamos tratar na campanha eleitoral. Não de cartas com pedidos a Trump, nem de fotos no Salão Oval ou da velha rinha entre soberanistas de palanque e súditos patéticos.

O ponto central não é Trump, que vai passar. É o espelho que ele nos leva a encarar. Quem não constrói capacidade acaba recorrendo à retórica da soberania para justificar a própria impotência.

Só seremos tratados como potência emergente se voltarmos a agir como um país com projeto. O resto, em ano eleitoral, é encenação para a plateia. E encenação, como sabemos, não leva ninguém à mesa das grandes decisões. Só nos torna cardápio dos senhores do Universo.